

## Mobilidade da força do trabalho para acumulação capitalista<sup>1</sup>

### Labor mobility for capitalist accumulation

### Movilidad laboral para la acumulación capitalista

Recibido: 29/06/2023 Aceptado: 11/09/2023

#### Dieugo Pierre

Universidade Federal do Paraná (UFPR) - [pdone1708@gmail.com](mailto:pdone1708@gmail.com)

Cursando bacharelado e licenciatura, na Universidade Federal do Paraná. Também iniciei um estudo em Ciência Política no Institut de Formation d'Études Sociales Economiques et Politiques (IFOSEP), mas não cheguei a concluir. Durante minha trajetória acadêmica, realizei pesquisas abordando temas como migração e segregação, mobilidade de trabalho e acumulação capitalista, impacto da marginalização na saúde dos migrantes haitianos no Brasil. No momento, estou focado em minha pesquisa sobre os riscos sísmicos no Haiti e o papel fundamental do planejamento ambiental para mitigar os efeitos dos terremotos. Esse projeto constitui meu trabalho de conclusão de curso (TCC) no bacharelado. Além disso, estou pesquisando a naturalização como um mecanismo de integração dos imigrantes no território de acolhimento. Sou membro do projeto de pesquisa Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH) e tenho a honra de ser bolsista da Fundação Araucária de Pesquisa e Extensão Universitária.

**Cita sugerida:** Pierre, D. (2023). Mobilidade da força do trabalho para acumulação capitalista. *Pleamar. Revista del Departamento de Geografía*, (3), 137 - 158. Recuperado de: <http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/pleamar/index>



Este artículo se encuentra bajo [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

<sup>1</sup> O artigo está vinculado ao PROGRAMA DE IC: PIBIS/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.

## Resumen

Este artículo examina la movilidad laboral de los migrantes haitianos y su papel en la acumulación capitalista. Al analizar la migración haitiana a Brasil, el estudio examina las motivaciones que subyacen a la migración y cómo esta movilidad laboral refleja una dinámica marcada por la explotación y la precariedad. Se realizaron siete entrevistas a haitianos en Curitiba, en las que se abordaron cuestiones relacionadas con el sector laboral y la percepción de las actuales condiciones de empleo y salario. La conclusión es que la migración haitiana está, en cierta medida, impulsada por la presencia de un importante contingente de trabajadores, lo que contribuye al mantenimiento de los bajos salarios del conjunto de la mano de obra caribeña en las Américas. El estudio subraya la importancia de las aportaciones teóricas de Jean Paul de Gaudemar para comprender la movilidad de la mano de obra en el sistema capitalista y destaca su relevancia para el estudio geográfico de la migración.

**Palabras clave:** movilidad forzada; violencia; humillación

## Abstract

This article discusses the labor mobility of Haitian immigrants and their role in capitalist accumulation. By examining Haitian migration to Brazil, the study analyzes the conditions that led to migration and how labor mobility reflects domination marked by exploitation and precariousness. Four interviews were conducted with Haitians in Curitiba, addressing issues concerning the labor sector and their perception of current working conditions and wages. It is concluded that Haitian migration is driven, to some extent, by the presence of a significant contingent of workers that contributes to maintaining low wages among the working masses of the Caribbean as a whole in America. The study highlights the importance of Jean Paul de Gaudemar's theoretical contributions to understanding labor mobility in the capitalist system and its relevance to the geographical study of migrations.

**Keywords:** forced mobility; violence; humiliation

## Resumo

Este artigo aborda a mobilidade laboral dos migrantes haitianos e seu papel na acumulação capitalista. Ao analisar a migração haitiana para o Brasil, o estudo examina as motivações por trás da migração e como essa mobilidade laboral reflete uma dinâmica marcada pela exploração e precarização. Foram realizadas sete entrevistas com haitianos em Curitiba, abordando temas relacionados ao setor de trabalho e à percepção das condições atuais de emprego e salário. A conclusão é que a migração haitiana é, em certa medida, impulsionada pela presença de um contingente significativo de trabalhadores, o que contribui para a manutenção de salários baixos entre a mão de obra do Caribe como um todo nas Américas. O estudo ressalta a importância das contribuições teóricas de Jean Paul de Gaudemar para a compreensão da mobilidade laboral no sistema capitalista e destaca sua relevância para o estudo geográfico das migrações.

**Palavras-chave:** mobilidade-forçada; violência; humilhação.

## **Introdução**

Nesta última década, a mobilidade laboral e os deslocamentos, expressos por meio da migração, tornaram-se sistemáticos para certas populações, especialmente aquelas dos territórios periféricos, devido às desigualdades socioeconômicas e espaciais. As disparidades presentes nesses territórios dificultam a satisfação de suas próprias necessidades e das gerações futuras. Tal situação torna a migração a única perspectiva possível para essas populações que enfrentam as inerentes desigualdades socioeconômicas e espaciais do atual sistema de acumulação capitalista, com destaque a população haitiana. No Haiti, a escassez de investimentos de capital multinacional e infraestrutura limitam a garantia das condições de reprodução social da população em geral. Isso força milhares de haitianos a buscarem oportunidades em contextos internacionais, um fenômeno frequentemente referido por autores como Jean Paul de Gaudemar, Fábio Guedes Gomes e Guilherme Marini Perpetua, como mobilidade laboral internacional. Para eles, a mobilidade do trabalho é intrínseca à acumulação capitalista, sendo controlada e direcionada de acordo com as demandas desse sistema. Em grande parte dos casos, esses fluxos de deslocamento em massa seguem a lógica de uma precariedade estrutural, caracterizada pela exploração na venda da força de trabalho, o que frequentemente compromete as perspectivas de melhoria das condições de vida que a mobilidade laboral internacional havia prometido a esses trabalhadores migrantes.

Nesta pesquisa, conduzida com imigrantes haitianos em Curitiba, baseou-se a abordagem metodológica em entrevistas abertas através de comunicação oral, além de pesquisa bibliográfica e documental. As narrativas extraídas das entrevistas possibilitaram compreender a mobilidade laboral internacional como um instrumento utilizado na acumulação capitalista, bem como uma tendência que leva a uma certa equiparação salarial, dependendo do fluxo global de deslocamento da força de trabalho. Além disso, observou-se que esse deslocamento no espaço geográfico internacional, especialmente no Caribe e na América, contribui para formar um contingente substancial que mantém baixos salários para a maioria dos trabalhadores.

As narrativas dos deslocados, oriundos do território haitiano considerado periférico e desvalorizado no contexto do capitalismo, evidenciam como esses indivíduos são marginalizados pela mesma lógica do sistema que os impulsiona a migrar e persiste mesmo após venderem suas forças de trabalho. Isso ocorre porque essa população é vítima de uma violência que se origina em seu local de origem, caracterizada por desigualdades, e se estende até o território de acolhimento, sendo manifestada

principalmente por meio da precarização socioeconômica, exploração, salários extremamente baixos, empregos informais, humilhação, discriminação, entre outros.

### **Metodologia**

A metodologia utilizada é descritiva e aplicada, devido à natureza explicativa do elemento que compõe a mobilidade laboral dos haitianos no Brasil/Curitiba. Os dados do mundo social desses haitianos foram observados através de um processo de comunicação informal, utilizando entrevistas orais abertas que proporcionaram um ambiente mais confortável para eles expressarem suas opiniões, permitindo uma interação repetitiva. Como argumentam Bauer & Gaskell (2003), a pesquisa social depende de dados do mundo social, os quais são construídos por meio de processos de comunicação. No entanto, o universo do estudo foi delimitado a sete haitianos residentes na cidade de Curitiba e foi fortalecido por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas orais, sistematização e análise dos dados coletados.

O estudo enfrenta uma notável limitação ao basear-se em apenas sete entrevistas. Essa amostra restrita dificulta a abordagem de questões complexas relacionadas ao setor de trabalho e às condições dos imigrantes haitianos em Curitiba. Isso decorre das dificuldades em conduzir estudos qualitativos na comunidade haitiana local e em garantir a participação de um número suficiente de indivíduos, possivelmente devido à carga de trabalho desses imigrantes, que frequentemente trabalham seis dias por semana. A fadiga resultante da rotina laboriosa intensa os torna relutantes em se engajarem em atividades adicionais não remuneradas, como pesquisas. Além disso, suas prioridades estão focadas em garantir o sustento e a estabilidade de suas famílias, o que torna a participação em pesquisas menos atrativa. Ademais, a desconfiança alimentada pelo sentimento constante de serem alvos de estudos resulta em relutância para se envolverem em mais pesquisas. É essencial considerar essas limitações ao interpretar os resultados do estudo, a fim de obter uma compreensão mais completa das implicações dentro das restrições metodológicas.

No entanto, essa limitação encontra alinhamento com o objetivo do estudo, que busca analisar as motivações subjacentes à migração e como essa mobilidade laboral reflete uma dinâmica caracterizada pela exploração e precariedade. Permite dedicar maior atenção a cada participante, possibilitando uma exploração mais profunda de seus pensamentos e perspectivas. Além disso, facilita uma análise minuciosa para identificar padrões e nuances.

Cabe ressaltar que as entrevistas foram realizadas individualmente nas residências dos participantes, predominantemente em crioulo, sendo posteriormente transcritas para o português. A escolha de realizar as entrevistas em crioulo teve o propósito de proporcionar um ambiente mais confortável para uma comunicação fluida. As entrevistas se concentraram em torno de duas questões centrais: 1) Em qual setor você trabalha? e 2) Como você percebe sua situação atual de trabalho e salário?

As conversas não seguiram o modelo tradicional de entrevista estruturada entre um pesquisador e um entrevistado. Em vez disso, procurou-se criar um ambiente onde compatriotas haitianos pudessem discutir a realidade dos imigrantes haitianos em Curitiba. Ao abordar as conversas dessa maneira, é possível compreender o ponto destacado por Bourdieu (1999), de que não existe um método único ou um modelo fixo de metodologia de pesquisa científica para explorar as relações de comunicação. Portanto, é crucial que o pesquisador adote uma perspectiva sociológica ao conduzir sua pesquisa, permitindo-lhe perceber e abordar adequadamente seu objeto de estudo durante o processo de pesquisa. Concordando com essa ideia, Vergara (2005) acrescenta que a escolha do método mais apropriado deve ser determinada pelo pesquisador, alinhando-se com as teorias que embasam sua pesquisa e refletindo a curiosidade que impulsiona sua investigação, dentro das estruturas de suas hipóteses epistemológicas.

### **Força de trabalho: mercadoria para acumulação capitalista**

A mobilidade do trabalho é considerada o deslocamento de um indivíduo ou grupo de indivíduos de um local para outro dentro do mesmo território ou para um território diferente no espaço geográfico, buscando melhorias nas condições salariais como meio de sobrevivência. Esse conceito é compreendido como "a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos sempre crescentes de uma divisão do trabalho cada vez maior" (Gaudemar, 1976, p.194).

Nos últimos anos, a mobilidade do trabalho tem se consolidado cada vez mais como uma dimensão central das sociedades contemporâneas, impulsionada pela globalização da economia. Portanto, sua compreensão não pode ser limitada apenas ao aspecto do deslocamento, mas deve-se considerar principalmente a circulação da força de trabalho como uma mercadoria em escala global no contexto da acumulação capitalista. Isso resulta em uma tendência de nivelamento salarial na economia global.

Na geografia, a mobilidade emerge como um tema central, abarcando fenômenos como a migração e os movimentos diários. São fenômenos através dos quais as pessoas buscam melhores condições de vida e de trabalho, lutando por sua subsistência em um contexto moderno onde muitos são forçados a se deslocar pelo espaço geográfico. Para muitos, esses episódios de deslocamento representam a única maneira de garantir sua continuidade na esfera social. Em um sistema de economia global que centraliza e concentra o capital, nem todos os locais geográficos oferecem igualdade de oportunidades de vida, mesmo que as pessoas se vejam obrigadas a se deslocar dentro desses espaços, ainda que suas condições socioeconômicas e espaciais não melhorem substancialmente. Um exemplo disso é a precarização das relações de trabalho, assim como as dinâmicas espaciais enfrentadas pela população imigrante haitiana em Curitiba, que frequentemente resultam em exclusão dos bens coletivos produzidos pela sociedade.

Nesse processo de deslocamento, a população imigrante haitiana originária de um território periférico e carente (na perspectiva do desenvolvimento capitalista) muitas vezes emerge como a principal vítima da precarização das relações de trabalho, motivada por uma série de fatores sociais, incluindo raça, riqueza, sua nacionalidade, entre outros. Os relatos dos entrevistados, como o do entrevistado 1 que trabalha em uma empresa de metalurgia, proporcionam um vislumbre da complexidade dessa questão através de suas experiências individual.

“Um dia eu faço um acidente de trabalho movendo um aparelho no qual tive um osso quebrado fiquei 15 dias em casa por recomendação de um médico, mas me descontei esses 15 dias no meu salário, meu salário é R\$1170 reais no mês eu fiz o acidente como recebimento R\$ 900 reais um pouco. Apesar de ter tido esse acidente estou com 1 ano e 7 meses e ainda não tenho férias. Nos imigrantes haitianos sofremos muito racismo aqui” (ENTREVISTADO 1, 17/04/2022).

O relato levanta várias preocupações relevantes, como violação dos direitos trabalhistas e remuneração inadequada durante o afastamento por acidente de trabalho. Além disso, o fato de o entrevistado não ter tido a oportunidade de tirar férias após 1 ano e 7 meses de trabalho indica uma violação dos seus direitos trabalhistas. A exploração e as condições de trabalho também são preocupações evidenciadas pelo desconto salarial após o acidente, juntamente com a possibilidade de disparidade salarial. Como destacado no relato do entrevistado 1, frequentemente os haitianos não têm acesso aos mesmos privilégios e oportunidades de integração socioeconômica no mercado de trabalho.

Pode-se observar que a migração emerge como um dos fenômenos da mobilidade, tornando-se um tema central na circulação da força de trabalho, que é a única mercadoria participante na reprodução do capital em todas as escalas. De acordo com o a Agência das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), a migração é o deslocamento de um indivíduo ou grupo de um local para outro dentro do mesmo território ou para um território diferente, com o intuito de buscar melhores condições de vida por meio de empregos mais vantajosos ou para escapar da fome, da extrema pobreza, entre outros fatores. Isso tem sido uma constante na história da humanidade. Entretanto, para alguns autores, a migração possui uma dimensão mais abrangente. Por exemplo, Wenden (2016) argumenta que desde o início do século XXI, a migração tem desempenhado um papel fundamental para suprir a escassez de mão de obra no sistema de reprodução e acumulação de capital. Em virtude disso, ao longo da década de 1970, os números de migrantes triplicaram globalmente, passando de 77 milhões em 1975 para 120 milhões em 1999, e de 150 milhões no início dos anos 2000 para os atuais 244 milhões.

De acordo com essa perspectiva recente, Perpetua (2013) argumenta que a migração adquiriu uma importância e centralidade no mundo contemporâneo devido ao surgimento histórico do capital como um sociometabolismo humano. Isso ocorre através da sua participação direta e indireta na reprodução em larga escala, acompanhada pela crescente divisão social e territorial do trabalho inerente ao sistema capitalista. Luxemburgo (2019), por sua vez, sustenta que com o surgimento histórico do capital como um sociometabolismo humano, que destrói antigas formas econômicas em territórios coloniais, milhões de pessoas foram forçadas a migrar para territórios capitalistas ou a contribuir para o fortalecimento do capital europeu ou americano investido em seus próprios países. Dessa forma, a migração e a produção/reprodução do espaço geográfico funcionam como mecanismos de apoio à acumulação de capital e ao controle do trabalho, com base na mobilidade espacial da força de trabalho. Nessa mesma linha de raciocínio, Vainer (1995) argumenta que a migração resulta da necessidade de realocação do trabalho forçado dos escravos e da demanda para suprir as necessidades de produção/reprodução de capital. No contexto do Brasil, conforme abordado por Martins (1997), a migração teve seu início com o término do tráfico de escravos no final do século XIX, coincidindo com a promulgação da Lei nº 601, de 1850, que já antecipava a migração em massa de trabalhadores europeus.

Conforme pode ser observado por meio desses autores, a abordagem da migração proposta pela ACNUR distancia-se de certos elementos históricos e geográficos cruciais

que possibilitam a compreensão do papel desempenhado pelo capital nos significativos fluxos de deslocamento de pessoas em todo o mundo, especialmente nas populações de países que foram submetidos à colonização.

O conjunto dessas situações contribui para respaldar a afirmação de Canettieri (2013) de que o próprio sistema capitalista utiliza a migração como uma ferramenta que acompanha a produção desigual dos espaços, a qual constitui uma das principais características desse sistema. De acordo com as observações de Gaudemar (1976), essa disparidade surge de várias razões, resultando em um desenvolvimento diferenciado entre diferentes espaços geográficos em diversas escalas, seja entre países, cidades ou bairros. A migração propicia a continuidade dessa produção desigual de espaços, sendo impulsionada pela lógica de mercado que engendra e mantém os fluxos migratórios. Isso intensifica as disparidades entre os espaços e promove a concentração da riqueza, tanto em termos socioeconômicos quanto geográficos.

De acordo com Rocha (1999), na dinâmica do mercado, a mobilidade laboral não é abordada apenas no contexto de seu exercício, mas também no âmbito do próprio trabalho. Com efeito, no processo de crescimento que se manifesta na distribuição social, profissional e espacial dos indivíduos, essa distribuição ocorre em diferentes esferas de atividade. A mobilidade laboral é considerada um meio para atender às necessidades de acumulação capitalista e constitui um elemento fundamental na evolução do sistema. Dessa forma, ela pode ser compreendida tanto como capital humano, que envolve a mobilidade das pessoas em si, quanto como a mobilidade dos serviços prestados por essas pessoas. Para garantir a sua subsistência, a força de trabalho, tratada como capital humano, desloca-se para onde o seu preço (salário) lhe possibilita adquirir o que é necessário para sobreviver. Essa mobilidade é guiada pelo princípio da satisfação. No entanto, uma vez que o sistema está intrinsecamente ligado à desigualdade, a oferta de trabalho surge de maneira espontânea onde é exigida para a acumulação de capital, frequentemente marginalizando o preço (salário) do trabalho. Esse aspecto da marginalização do salário e do trabalho mostrou-se bastante relevante no relato do entrevistado 2, que expressou:

“Trabalho na construção civil como servente há mais de 4 ou 5 anos. Ganhei R \$1000 reais por mês dividido por 4 pagamentos de R \$250 reais por semana [...]. Quando a empresa devolveu a carteira de trabalho, não colocou a data em que a

carteira estava em suas mãos, eles colocaram a data que queriam, eles assinaram até setembro” (ENTREVISTADO 2, 17/04/2022).

Além disso, o relato do entrevistado 3, que trabalha na construção civil, contribui para uma compreensão mais clara dessa questão de marginalização do salário do trabalho. De acordo com ele: “Na minha carteira de trabalho digital eles me assinam como servente, mas eu trabalho como Pedreiro de Edificação e no meu cheque eu ganho o mesmo salário de um servente” (Entrevistado 3, 17/04/2022).

Tanto o relato do entrevistado 2 quanto o do entrevistado 3 destacam um problema recorrente: a discrepância entre a posição oficialmente registrada e as funções efetivamente desempenhadas pelos migrantes. Ao ser classificado como "Servente" em sua carteira de trabalho, embora atue como "Pedreiro de Edificação", isso aponta para uma realidade em que as categorias de emprego podem ser utilizadas para disfarçar ou subestimar a verdadeira natureza do trabalho executado. Isso também ressalta a possível exploração ou subvalorização da mão de obra. O entrevistado deixa claro que, apesar de suas responsabilidades estarem alinhadas com as de um "Pedreiro de Edificação", ele recebe o mesmo salário de um "servente", o que pode indicar uma prática de remuneração inadequada e injusta, possivelmente influenciada por seu título oficial.

Sob o mesmo entendimento, Peretti (2018) defende que, uma vez que um trabalhador concorda em vender sua força de trabalho em troca de um salário, por meio de um contrato social de trabalho, sua mobilidade fica sujeita às demandas do capital. Em outras palavras, a circulação da sua força de trabalho está intrinsecamente ligada às exigências do mercado e, conseqüentemente, ocorre movimento tanto geográfico quanto funcional. Isso implica em um deslocamento físico que acontece em várias escalas, bem como em um deslocamento funcional de uma ocupação para outra, ou mesmo dentro da mesma ocupação, à medida que novas tarefas são incorporadas. A flexibilidade do capital para realocar um trabalhador, seja funcionalmente entre diferentes ocupações ou dentro da mesma, por meio da sua integração no mercado de trabalho, é o cerne da mobilidade. Esse processo pode dar a entender que a mobilidade do trabalho é uma manifestação da liberdade proporcionada pelo mercado de trabalho. No entanto, na realidade, trata-se da internalização e subjetivação da liberdade estrutural. Essa realidade é percebida na narração do entrevistado 4, que expõe:

“Trabalho em quase todos os setores, inclusive pintando. Eu até sofri ato de racismo e exploração por um supervisor que nos pediu para fazer um trabalho fora da nossa função. Os outros 3 brasileiros receberam o seu dinheiro, eu não recebi o meu, levou muita discussão antes de eu receber a minha parte” (Entrevistado 4, 17/04/2022).

O relato enfoca preocupações críticas, como o racismo no ambiente de trabalho, exploração e disparidades salariais. O entrevistado compartilha sua experiência de lidar com o racismo, ilustrando as dificuldades enfrentadas por trabalhadores haitianos. Além disso, ele discute a exploração e desigualdade salarial ao mencionar tarefas não remuneradas e a discrepância de salários em comparação com colegas brasileiros. Em síntese, o relato destaca inquietações ligadas ao racismo, exploração e desigualdade salarial entre os trabalhadores haitianos.

Conforme reafirma Rocha (1999), no contexto do contrato social de trabalho, o trabalhador comercializa sua força de trabalho e coloca sua mobilidade sob a autoridade do empregador, com o intuito de obter meios de subsistência. Desta forma, o empregador consome produtivamente, em nível social e econômico, a força de trabalho adquirida do trabalhador, enquanto o próprio trabalhador consome de maneira improdutivo, em nível individual, os meios de subsistência disponibilizados pelo empregador. Essa relação é construída ao longo de um processo histórico abrangente, que se estende desde as fases econômicas primitivas até a formação econômica capitalista. Esse processo transforma o trabalho, originalmente um produto inalienável do trabalhador, em mercadoria para ser adquirida pelo empregador.

Essa relação de concentração da riqueza gerada social e economicamente é o que fundamenta o deslocamento de milhões de pessoas a cada ano em direção aos centros das economias de mercado, o que, por sua vez, perpetua e amplia os fluxos migratórios globais. De acordo com Gaudemar (1976), é por meio da influência do capital que o sistema econômico global transforma a força de trabalho em uma mercadoria, estabelecendo assim condições de dominação e controle.

### **Violência como mecanismo de atuação na migração forçada**

Considerando as ideias de Gomes (2009), os fluxos consideráveis de deslocamento forçado que afetam milhares de pessoas são em grande parte resultado das disparidades inerentes ao sistema econômico global. Essas disparidades desempenham um papel significativo na reprodução do capital, uma vez que também facilitam a distribuição dos

deslocados pelo espaço geográfico internacional, de acordo com os polos de atração da força de trabalho. A desigualdade, enquanto forma de violência, impede muitos desses indivíduos de encontrarem meios de sobrevivência em seus próprios territórios.

O território, de acordo com Gumuchian e Pecqueur (2007), é o espaço que apresenta potencial de desenvolvimento a partir de uma intenção social. Esses potenciais podem ser identificados, mobilizados e transformados em bens ou fontes de valor econômico para beneficiar os residentes. A adaptação das necessidades às condições físicas do território envolve a construção e reorganização das características iniciais do espaço, a fim de atender a essas necessidades (Raffestin, 2009). Entretanto, com a chegada da globalização econômica, conforme ressalta Dumont (2013), os territórios, especialmente os nacionais, passam a ser espaços permeados por decisões políticas que facilitam a circulação de fluxos de bens e serviços, beneficiados pelo processo de globalização econômica. Essa transformação leva à formação de uma hierarquia entre os territórios nacionais, dividindo-os em territórios desenvolvidos, considerados centrais, e territórios subdesenvolvidos, considerados periféricos. Cada categoria possui atividades relacionadas a essa posição, desempenhando um papel na divisão social do trabalho internacional. Os territórios centrais exercem o controle sobre os territórios periféricos e desvalorizados no contexto do capitalismo. Os territórios periféricos são dominados tanto geopolítica quanto economicamente em relação aos territórios centrais.

Essa violência política e econômica frequentemente impede que muitas pessoas que habitam esses territórios encontrem meios de sobreviver. Em grande parte, isso as leva a tomar a decisão de migrar, muitas vezes sendo essa a única opção para garantir sua reprodução social. Em outras palavras, buscam um salário ao vender sua força de trabalho onde houver demanda. Segundo Almeida y Alves (2016), a atuação do capital se manifesta de maneira abrangente na relação entre a mobilidade do capital e do trabalho e os processos territoriais. Essa relação é fundamentada no processo de trabalho, na seletividade espacial dos centros de acumulação capitalista e na mobilidade da força de trabalho, abrangendo desde o deslocamento dos trabalhadores entre diferentes espaços geográficos até as contradições inerentes aos processos territoriais.

O território haitiano constitui um exemplo notável para compreender esse padrão de operação fundamentado na desigualdade espacial como uma forma de violência. Essa desigualdade contribuiu para a crise estrutural e marginalização espacial enfrentada pelo Haiti ao longo de vários anos. Esses elementos têm gradualmente reduzido o território haitiano a uma condição de dependência econômica e política, subjugada pela hierarquia

espacial estabelecida pelos Estados Unidos no Caribe. Essa dependência é fundamentada na zona de influência estratégica geopolítica e na divisão internacional do trabalho. Uma das consequências desse modelo de organização para esse território é a migração de milhões e milhares de haitianos anualmente, que são forçados a deixar sua própria terra natal para suprir a falta de mão de obra em diversos polos de acumulação capitalista internacional (Jean, 1981; Fick, 1997; Audebert, 2011).

Segundo Pierre e Greenidge (2015), essa dependência marginalizada dos territórios caribenhos na hierarquia espacial, ou seja, na organização dos territórios na acumulação capitalista estabelecida no Caribe, especialmente no caso do Haiti, teve início com a ocupação dessa região pelos Estados Unidos em 1915. A ocupação foi realizada com o objetivo de interromper a liderança do Haiti na região, dentro do contexto do movimento internacional de solidariedade aos territórios dominados. O Haiti contribuía para os movimentos de libertação de territórios vizinhos, como evidenciado por sua solidariedade com o povo venezuelano durante sua guerra de independência. Além disso, a ocupação visava consolidar o controle financeiro e militar sobre o país. Esse domínio absoluto do território haitiano empobreceu sua população e impediu que aproveitasse a maioria das oportunidades de desenvolvimento que surgiram, especialmente aquelas contrárias aos interesses dos Estados Unidos (Bohórquez, 2003; Moïse, 2009; Pierre-Étienne, 2007; Font y Rufí, 2006).

De acordo com Alves y Almeida (2014), essa função de suprir a escassez de mão de obra se concretiza por meio da mobilidade do trabalho, a qual é controlada e dominada por grandes detentores de capital multinacional e pelos Estados em suas fronteiras. A mobilidade do trabalho, dos trabalhadores haitianos, constitui uma estratégia fundamental do sistema para assegurar a realização de seus objetivos, mesmo que isso signifique submeter uma grande massa de trabalhadores a condições precárias de emprego e de vida. A mobilidade laboral das populações desse território representa um contingente significativo que contribui para manter salários baixos para todo o conjunto da força de trabalho, tanto no Caribe quanto na América Latina (Amaral y Alves, 2016).

Um exemplo característico da acumulação capitalista na mobilidade laboral pode ser observado no mais recente fluxo de migração haitiana para o Brasil. A atração da mão de obra haitiana pelo Brasil foi fortalecida pela criação do visto humanitário destinado aos cidadãos haitianos. Essa iniciativa constitui uma política migratória estabelecida pelo Ministério da Justiça, com a implementação do Ministério do Trabalho e Emprego e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) (Gediel y Casagrande, 2015). Através dessa

política, o capital brasileiro consegue atrair a força de trabalho haitiana, "capturando-os" com oportunidades de emprego. Em conformidade com Alves y Almeida (2014), o controle da mobilidade do trabalho na lógica da acumulação capitalista é efetuado pelo Estado e pelos grandes proprietários de capital, que determinam o destino desses trabalhadores migrantes, muitas vezes resultando em exploração e precarização, principalmente em setores como a construção civil e a indústria de frigoríficos no caso dos trabalhadores haitianos no Brasil. Esses setores da acumulação capitalista são os principais receptores da mão de obra migrante haitiana, frequentemente ocupando posições de baixa qualificação que não requerem experiência prévia na indústria. Os trabalhadores migrantes enfrentam rotinas de trabalho exaustivas e formas de exploração significativas. Por meio do relato da entrevistada 3, que atua como empregada doméstica, pode-se compreender como esse mecanismo de exploração se manifesta.

“Entrei neste emprego em 16 de outubro de 2019 como doméstica na casa familiar [...], ela nunca me registrou no Ministério do Trabalho como trabalhadora, ela ficou 1 ano com a carteira de trabalho. [...] Por 2 anos ela não pagou nada para mim, eu não recebi férias, só o meu salário. Ela tentou me fazer assinar um papel com o seu advogado. Ela me registrou este ano em janeiro de 2022, tenho agora só 4 meses de trabalho registrado” (Entrevistada 3, 17/04/2022).

Essa narrativa descreve uma situação de exploração e desrespeito aos direitos trabalhistas, na qual a empregadora não cumpriu suas obrigações de registrar a funcionária, pagar benefícios adequados e respeitar os direitos estabelecidos. Para piorar a situação, ela tenta fazer com que a empregada assine um documento com seu advogado para prejudicá-la ainda mais. Essa situação revela um cenário clássico em que os direitos trabalhistas dos imigrantes haitianos frequentemente são violados.

Embora a mobilidade laboral possa parecer pessoal e libertadora, ela está condicionada pelo próprio sistema, que cria a necessidade de subsistência material nas pessoas para sua sobrevivência. Essa mobilidade é um meio de reprodução do capital e, sobretudo, de sua ampliação. A mobilidade geográfica ou mesmo profissional é um dos meios que o sistema utiliza para controlar o trabalho, pois não basta que os indivíduos trabalhem e produzam bens; o que também importa é a circulação do trabalho abstrato. Nessa estratégia, os trabalhadores têm a oportunidade de se deslocar entre diferentes espaços em busca de melhores condições de vida, o que muitas vezes se traduz em salários e rendimentos mais altos. Assim, aparentemente, a liberdade de escolha é concedida aos trabalhadores. No

entanto, essa liberdade muitas vezes termina quando os trabalhadores vendem sua força de trabalho por meio de contratos de trabalho (Amaral y Alves, 2016).

Assim, os titulares de capital têm o poder de mover os trabalhadores para onde desejarem, a fim de fornecer a força de trabalho essencial para a acumulação de seu capital. Para isso, alguns territórios são deliberadamente marginalizados no modo de organização territorial, sendo desvalorizados pelas forças produtivas do capital, assim como na sua posição no contexto social global. Isso, por sua vez, incentiva as populações desses territórios a migrarem para os centros de acumulação capitalista, onde o capital alcança sua máxima acumulação (Amaral y Alves, 2016). Nesse sentido, considera-se que certos fluxos de deslocamento foram pré-condicionados. No caso do fluxo populacional haitiano, essa situação começou já no início dos anos 1970, influenciada pelo capital americano que demandava que os salários haitianos fossem ajustados aos interesses das empresas americanas. Isso resultou em salários extremamente baixos que eram favoráveis à exploração e distribuição da mão de obra haitiana de acordo com as demandas do capital americano (Hallward, 2006; Amaral y Alves, 2016).

Nesse contexto, no arranjo da organização territorial na acumulação capitalista, o território haitiano é meramente um instrumento da produção capitalista, regido por superestruturas globais que exercem controle em todas as suas esferas. Ele é caracterizado pela depreciação das instituições estatais e pela colaboração entre o Estado e o setor privado, que de certa maneira dominam esse território sem investir em infraestrutura para promover o crescimento econômico. Essa condição facilita o deslocamento da mão de obra haitiana para os centros de acumulação capitalista, especialmente nos Estados Unidos. Assim, torna-se uma mercadoria de baixo custo e de fácil mobilização de um local para outro, para atender às necessidades de força de trabalho nos espaços destinados à acumulação capitalista. Para que esse processo de deslocamento espacial seja eficaz a fim de atender às necessidades dos espaços que demandam força de trabalho, certos territórios, como o haitiano, são desvalorizados e negligenciados quanto a investimentos em infraestrutura. O capital investido é frequentemente voltado apenas para o ganho individual dos capitalistas, ao invés de contribuir para o desenvolvimento geral. No entanto, essa dinâmica de valorização e desvalorização dos territórios depende da localização geográfica desses territórios como pontos estratégicos no sistema de acumulação e na organização territorial. Isso resulta das relações sociais que moldam esses territórios estratégicos, controlados por estruturas que sustentam a manutenção e reprodução do sistema (Amaral y Alves, 2016).

Considerando todos esses aspectos, é compreensível que a mobilidade massiva da mão de obra haitiana em todo o mundo, como afirmado por Paulo César Gonçalves, resulta na criação de uma força de trabalho disponível e na organização dos trabalhadores além das fronteiras geográficas. Dessa forma, a organização produtiva desempenha um papel central na utilização adequada desse grupo de acordo com os interesses dominantes (Leite y Gonçalves, 2006). Isso reforça a afirmação de Heidermann (2010) de que as tentativas de explicar as migrações em massa das populações, particularmente a haitiana, não podem depender unicamente de princípios quantitativos e/ou antropológicos. Em vez disso, é necessário analisar os processos históricos, sociais e concretos que deram origem a esse fluxo migratório. Isso porque as explicações não estão apenas na migração em si, mas sim em um fenômeno social histórico e concreto. Apenas abordagens críticas da sociedade haitiana podem oferecer explicações mais abrangentes para o fenômeno migratório haitiano. Essas abordagens levam em consideração a noção de modernidade, que representa a estrutura social na qual os recursos humanos estão subordinados à valorização do capital. Isso também é responsável pela expulsão de várias populações de seus territórios, desenraizando-as socialmente na esperança de encontrar melhores oportunidades.

### **Controle da mobilidade laboral massiva**

O controle do fluxo da mobilidade laboral entre diferentes espaços pela influência do capital não somente viabiliza a exploração da força de trabalho, mas também a sua circulação como mercadoria para fins de acumulação capitalista. De maneira semelhante, esse controle concede ao próprio sistema a capacidade de estabelecer mecanismos de barreira através das fronteiras internacionais, a fim de impedir a livre circulação dessa força de trabalho quando o capital necessário para absorvê-la não está disponível em quantidades suficientes. Em outras palavras, esses mecanismos de controle não apenas regulam a entrada de trabalhadores migrantes, baseando-se na demanda econômica por força de trabalho, mas também gerenciam o excesso de mão de obra produzido. Essas condições favorecem a manutenção de salários em níveis mais baixos, em benefício das empresas monopolistas, particularmente as multinacionais (Gaudemar, 1976). Essas barreiras de controle são estabelecidas por meio de regulamentações legais e normas impostas aos trabalhadores migrantes para permitir sua entrada e saída nos territórios receptores. Esse processo de regularização da circulação de trabalhadores migrantes está se tornando cada vez mais rígido (Ramadan, 2021).

Vários países na Europa têm adotado essas regras de barreiras para restringir a circulação de migrantes em suas fronteiras, como ocorreu na Suécia em 2015, quando foram implementadas uma série de medidas para controlar o fluxo migratório de cerca de 163.000 pessoas que buscavam entrar em território sueco. O mesmo ocorre na França, que desde dezembro de 2015 tem estabelecido controles fronteiriços, justificando-os com base nos ataques terroristas ocorridos em Paris. Nos Estados Unidos, em 17 de agosto de 2020, a fronteira com o México na cidade de Del Rio, Texas, foi fechada para impedir que mais de 10.000 imigrantes, principalmente haitianos, atravessassem a fronteira (Ldiário, 2022). No Brasil, tem havido um aumento no número de municípios que desenvolvem políticas e ações concretas para impedir a entrada de migrantes ou para expulsá-los. Isso evidencia como as normas jurídicas das barreiras fronteiriças frequentemente são utilizadas para controlar os fluxos de mobilidade e têm se multiplicado em um contexto em que o neoliberalismo propugna o fim das fronteiras em prol da criação de um único mundo, um único mercado. É importante ressaltar que essas medidas são implementadas com base na necessidade de reprodução do sistema, que determinará se os trabalhadores migrantes terão ou não acesso a esses territórios. Além disso, esses fechamentos de fronteiras impactam de maneira ampla as populações dos países periféricos que buscam oportunidades nos países centrais (Vainer, 2021).

Isso viabiliza uma compreensão clara de como o sistema controla a mobilidade laboral de acordo com suas necessidades de reprodução e acumulação de capital. Além disso, contribui para reforçar a afirmação de Jean Paul de Gaudemar de que a mobilidade do trabalho representa a circulação do trabalho como mercadoria em escala global, por meio dos fluxos migratórios. Esse movimento resulta da tendência geral de equalização de salários na economia mundial, onde a circulação da força de trabalho equilibra a oferta e a demanda de trabalho conforme desejado pelo capital em todo o mundo. Essa dinâmica implica em uma distribuição reduzida do trabalho, determinada pela oferta e demanda, em uma busca incessante por salários melhores. A mobilidade laboral é uma maneira pela qual o sistema lida com os limites que pode enfrentar no processo de acumulação. Isso lhe possibilita adentrar em novos territórios, impondo seu modo de produção por meio da força ou importando força de trabalho adicional, seja para operar localmente ou para transportá-la de um território para outro.

Assim, milhares de indivíduos se deslocam para os centros de acumulação capitalista para vender sua força de trabalho ao capital europeu ou americano. Na maioria dos casos, isso é feito arriscando suas vidas. Entre 2014 e 2022, mais de 50.000 pessoas perderam a vida

durante suas viagens migratórias. Cerca de 7.000 foram mortas nas estradas em direção aos Estados Unidos, somente na fronteira entre os Estados Unidos e o México, houve mais de 4.000 mortes. Mais recentemente, em 14 de junho de 2023, um trágico naufrágio de barco nas águas próximas à Grécia resultou na perda da vida de 78 imigrantes que buscavam chegar à Europa (OIM, 2022; Radio Franceinfo, 2023).

Na mesma linha de pensamento, são apresentados relatos dos participantes desta pesquisa que optaram por percorrer a rota a pé, o que corrobora significativamente o que é mencionado no parágrafo anterior. Esses imigrantes escolheram deixar o Brasil e migrar para os Estados Unidos em busca de melhores oportunidades econômicas. Embora reconheçam que o Brasil é acolhedor e trata bem os imigrantes, eles enfatizam que as principais diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos residem nas oportunidades econômicas disponíveis, já que as condições financeiras no Brasil ainda são desafiadoras para eles. Um exemplo mencionado por eles é a dificuldade em enviar dinheiro para suas famílias no Haiti. De acordo com suas experiências, são essas razões que os motivam a seguir a rota em direção aos Estados Unidos, e alguns até mencionaram a data planejada para iniciar essa jornada. No entanto, eles reconhecem que essa trajetória não será fácil e pode representar riscos para suas vidas, além de cada pessoa enfrentar seus próprios desafios ao longo do caminho. A consideração das aspirações por melhores oportunidades econômicas nos Estados Unidos, conforme mencionado por eles, levanta a reflexão sobre a noção de que ao mudar de localização geográfica, as pessoas podem conquistar uma vida mais próspera. Existe a convicção de que ao se deslocarem, podem deixar para trás situações insatisfatórias e alcançar a tão almejada prosperidade. Contudo, é notável que, na maioria dos casos, ocorre o oposto, com muitos desses indivíduos que se deslocam encontrando-se insatisfeitos em um curto período de tempo.

O participante 4 traz um exemplo impactante das dificuldades econômica enfrentada pelos haitianos durante o período da pandemia. De acordo com ele,

"Nós haitianos, estamos enfrentando um grande desafio financeiro, principalmente devido à responsabilidade de enviar dinheiro regularmente para nossas famílias no Haiti. Essa obrigação financeira limita nossa capacidade de atender às nossas próprias necessidades básicas[...]". (Entrevistada 4, 17/04/2022).

Este relato chama a atenção para a situação financeira complexa enfrentada pelos haitianos. A obrigação de enviar dinheiro para suas famílias, que muitas vezes vivem em condições econômicas precárias, coloca uma pressão significativa sobre seus recursos financeiros. A estagnação dos salários agrava ainda mais essa situação. Como resultado, esses haitianos enfrentam dificuldades significativas para ter uma condição de vida adequada.

Os seus deslocamentos apenas contribuem no processo de recrutamento para a reprodução ampliada do modo de produção do capital. Isso se vincula à acumulação global de capital, no quadro global da esfera de dominação do capitalismo. No quadro das mobilidades laborais internacionais, a esfera de influência do capital está no seu poder de obrigar as populações a vender sua força de trabalho para o mesmo capital, mas em outro território. O que torna a mobilidade laboral internacional um processo vinculado à reprodução do capital (Gaudemar, 1976).

### **Considerações finais**

Constata-se que a população haitiana é negligenciada, vítima de uma violência que se manifesta na desigualdade do modo de organização dos territórios na acumulação capitalista, que os obriga a deslocarem-se de maneira contínua no espaço geográfico internacional para venderem a sua força de trabalho a fim de terem meios de sobrevivência. Apesar de seu deslocamento ser realizado em prol do capitalismo, é humilhada e discriminada durante e após o esgotamento de sua força de trabalho ou quando os capitalistas não conseguem mais comprá-la. Além disso, o próprio sistema que os mobiliza cria barreiras, através de regras jurídicas de controle de entrada nas fronteiras dos territórios de acolhimento. Conforme se observa na fronteira entre os EUA e o México, onde milhares de haitianos, estão proibidos de entrar no território dos Estados Unidos. Diante de todos esses fatos, é possível pensar que a mobilidade laboral haitiana pode ser considerada como um instrumento nas mãos de grandes titulares de capital. Dependendo das necessidades de reprodução e da acumulação capitalista, há um fluxo de deslocamento laboral haitiano que é criado e direcionado onde se precisa de força de trabalho ao redor do mundo para a acumulação capitalista.

Ao longo deste trabalho, entende-se que a análise da migração haitiana não pode ser feita apenas a partir de uma abordagem simplesmente antropológica, na qual a sociedade haitiana é considerada uma sociedade propensa à migração, ou seja, que o haitiano em si é um "homo-migrante". Geralmente, as análises da migração haitiana baseadas nessa

perspectiva negligenciaram o papel da acumulação capitalista nos deslocamentos massivos dos haitianos. Essa atuação se concretiza de várias formas, como a privação da população haitiana dos meios de sobrevivência em seu próprio território, a instabilidade política, conflitos sociais, dependência econômica e política, fragilidade de governança, entre outros fatores. A partir dessa realidade, essa população se encontra na obrigação de se mover massivamente em direção a diversos polos de acumulação capitalista para vender as suas forças de trabalho e sobreviver. Portanto, a migração haitiana não é uma condição ontológica e cultural do povo haitiano, mas uma condição à qual esta população está submetida. De tal forma que ela considera a única maneira de sobreviver é migrar, enquanto essa migração constitui uma mão de obra barata no mercado para a acumulação capitalista.

Assim, constata-se que a acumulação capitalista e a organização socioespacial desigual dos territórios são, portanto, fundamentais para o sistema socioeconômico atual, garantindo o rebaixamento dos salários e a submissão de trabalhadores às diversas formas de exploração do trabalho. Com isso, acelera-se o deslocamento forçado de milhares de trabalhadores que nem mesmo terão certeza de encontrar um emprego nos locais de chegada.

### Referências bibliográficas

- Alves, A. E. S., y Almeida, M. C. C. (2014). A Centralidade Do Trabalho Na Determinação Da Mobilidade Territorial Dos Trabalhadores Rurais. *Histedbr On-Line*, Campinas, nº 55, 250-266.
- Almeida, M. C. C., y Alves, A. E. S. (2016). Mobilidade do Capital e da Força de Trabalho e os Processos Territoriais Na Cidade De Vitória Da Conquista. In *Anais Eletrônicos do 18º Encontro Nacional dos Geógrafos*, São Luís, MA, 11p.
- Audebert, C. (2011). La diaspora haïtienne: vers l'émergence d'un territoire de la dispersion? In C. A. Célius (Ed.), *Le défi haïtien: économie, dynamique sociopolitique et migration* (pp. 193-212). Paris, France: L'Harmattan.
- Amaral, U. T., y Alves, A. E. S. (2016). A expressão da mobilidade do trabalho na memória dos moradores do povoado de ITAIPU-BA. *Espaço & Geografia*, Brasília, 19(1), 239-268.
- Bauer, M. W., y Gaskell, G. (2008). *Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som [Qualitative Researching with Text, Image and Sound: a Practical Handbook]*. (P.

- A. Guareschi, Trad.). 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 2002).
- Bohórquez, C. L. (2003). L'ambivalence de la présence d'Haïti dans l'indépendance du Venezuela. In M. Dorigny (Ed.), *Haïti Première République Noire* (Vol. 90, n°340-341, pp. 227-240). Paris: Outre-mers.
- Bourdieu, P. (Dic.). (1999) *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Canettieri, T. (2013). Renda e Migração na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Travessia, São Paulo*, n° 73, 67-78.
- Dumont, G.-F. (2013). Territoires et Potentialités de Développement. Relief- Rappports et Échanges sur les liens Emploi Formation, *CEREQ*, 9-16.
- Fick, E. C. (1997). Traduction Maryse VILLARD: La révolution de Saint-Domingue. De l'insurrection du 22 août 1791 à la formation de l'État haïtien: L'insurrection des esclaves de Saint-Domingue (22-23 août 1791): Actes de la table ronde internationale de Port-au-Prince (8 au 10 décembre 1997), 55-68.
- Font, J. N., y Rufi, J. V. (2006). *Geopolítica, Identidade e Globalização*. São Paulo, Brasil: Annablume.
- Gaudemar, J. P. D. (1976). *Mobilité du travail et accumulation du capital*. Paris, France: Librairie François Maspero.
- Gediel, J. A. P., y Casagrande, M. M. (2015). A migração haitiana recente para o Brasil: bases teóricas e instrumentos político-jurídicos. *Monções, Dourados/MS*, 4(8), 97-110.
- Gomes, F. G. (2009). Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. *Sociol Polít*, 17(32), 33-49.
- Gumuchian, H.; Pécqueur, B. (2007). *La ressource territoriale*. Paris: Economica/Anthropos.
- Hallward, P. (2006). Opção zero no Haiti. In: E. Sader (Org.). *Contragolpes. Seleção de artigos da New Left Review* (pp. 219-242). São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Heidemann, D. (2004). Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: Humilhação secundária, resistência e emancipação. In: D. Heidemann, (Ed.), *MIGRAÇÕES: discriminação e alternativas* (pp. 24-39). São Paulo, Brasil: Paulinas.
- Heidemann, D. (2010). Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador. In: A. da Silva Sidney (Org.).

- Migrantes em Contextos Urbanos: uma abordagem interdisciplinar*. Manaus, Brasil: FAPEAM – EDUA.
- Jean, C. (1981). Théorie et définition de la Culture Opprimée. In: J. Casimir (Ed.), *La Culture Opprimée* (pp. 1-25). Port-au-Prince, Haïti: Imprimerie Lakay.
- Ldiário. (2022, 8 de setembro). Primera reunión de la nueva red europea para devolver a migrantes irregulares. Recuperado de [https://www.eldiario.es/desalambre/primera-reunion-nueva-red-europea-devolver-migrantes-irregulares\\_1\\_9299698.html](https://www.eldiario.es/desalambre/primera-reunion-nueva-red-europea-devolver-migrantes-irregulares_1_9299698.html).
- Leite, R. F.; Gonçalves, P. C. (2006). *Migração e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. São Paulo. Brasil: Humanitas.
- Luxemburgo, R. (2019). Accumulation du capital et impérialisme. Critique des critiques. *Contretemps Revue De Critique Communiste*, 5.
- Martins, J. S. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo, Brasil: Paulus.
- Moïse, C. (2009). Création de l'État haïtien-Constitutions: continuités et ruptures. In: M. Hector et L. Hurbon (Eds.), *Genèse de l'État haïtien (1804-1859)* (pp. 49-62). Paris, France: Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- OIM. (2022, 29 de novembro). Relatório documenta 50 mil mortes em rotas migratórias desde 2014. Disponível em: <https://miguelimigrante.blogspot.com/2022/11/oim-relatorio-documenta-50-mil-mortes.html?zx=8e617ce1dcea3f76>
- Perpetua, G. M. (2013). Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. *Revista Pegada*, 14(1), 58-80.
- Peretti, M. (2018). *Migrações na América Latina e Caribe: O direito à seguridade social do imigrante no Brasil*. (Tese de mestrado). Universidade De Passo Fundo–Upf, Passo Fundo–RS.
- Pierre, A.; Greenidge, C. (2015). *Politique Migratoire D'haiti 2015-2030*. Port-au-Prince, Haïti.
- Pierre-Étienne, S. (2007). *L'énigme Haïtienne: Échec de l'État moderne en Haïti*. Montréal, Canadá: Presses de l'Université de Montréal.
- Rocha, M. M. (1999). Mobilidade forçada-a economia política dos deslocamentos humanos. *Acta Scientiarum*, 21(1), 153-161.
- Ramadan, T. (2021, 10 de janeiro). Immigration, résident et citoyen. [Vídeo]. YouTube. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=qpqFudoNDpk>

- Raffestin, C. (2009). A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: M. Saquet y E. Sposito (Eds.), *Territórios E Territorialidades: Teorias, Processos E Conflitos* (pp. 17-36). São Paulo, Brasil: Editora Expressão Popular.
- Radio Franceinfo. (2023, 15 de junho). Naufrage d'un bateau de migrants au large de la Grèce: "c'est vraiment choquant d'entendre qu'il n'y a pas eu d'intervention parce que le bateau a refusé toute aide", s'insurge l'ONG Médecins sans frontières. L'embarcation a été repérée par l'Agence européenne de surveillance des frontières dans l'après-midi du mardi 13 juin, mais a refusé toute assistance. Disponível em: [https://www.francetvinfo.fr/monde/europe/migrants/naufrage-d-un-bateau-de-migrants-au-large-de-la-grece-les-autorites-auraient-du-intervenir-plus-tot-selon-medecins-sans-frontieres\\_5888212.ht](https://www.francetvinfo.fr/monde/europe/migrants/naufrage-d-un-bateau-de-migrants-au-large-de-la-grece-les-autorites-auraient-du-intervenir-plus-tot-selon-medecins-sans-frontieres_5888212.ht).
- Vergara, S. C. (2005). *Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Vainer, C. B. (1995). Estado e migrações no Brasil: Anotações para uma história das políticas migratórias. *Travessia*, (8), 15-32.
- Vainer, C. B. (2021). Deslocamentos Compulsórios, Restrições À Livre Circulação: Elementos Para Um Reconhecimento Teórico Da Violência Como Fator Migratório. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 11, Belo Horizonte. ISBN: 978-65-991483-4-7 (eBook), 819-835.
- Wenden De Wihtol, C. (2016). As Novas Migrações. *SUR Revista Internacional de Direitos Humanos*, 23(13), 17-28.